



REVISTA GUARÁ

A FAMÍLIA, A ESCOLA, E A LÓGICA DO FRACASSO ESCOLAR

Hítala Maria Campos Gomes

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar, por meio de um projeto realizado na Escola de Primeiro Grau José Áureo Monjardim, que a dificuldade de aprendizagem, presente hoje na escola, pode ser vista também como um sintoma, que pode ter tido suas origens fora do contexto escolar. Nesses casos, um atendimento psicanalítico torna-se necessário e útil.

PALAVRAS CHAVES

dificuldade escolar; angústia; família; psicanálise.

INTRODUÇÃO

O Projeto A Clínica na Escola é uma parceria entre a Escola de Primeiro Grau José Áureo Monjardim, a Pró-Reitoria de Extensão da Ufes e a Prefeitura Municipal de Vitória-ES, e funciona no bairro Fradinhos, em Vitória ES.

O trabalho é desenvolvido desde 1998, não tem prazo para terminar, e foi desenvolvido no ano de 2009 através de atendimentos individuais às crianças com dificuldade escolar e também com algum tipo de conflito ou angústia.

OBJETIVOS

O projeto A Clínica na Escola tem por objetivos: oferecer à escola os recursos da psicanálise; possibilitar a criação de um espaço psicoterapêutico para crianças com dificuldade escolar; acolher a demanda de atendimento estabelecida pelos educadores; e possibilitar uma experiência e estudo clínico sobre a angústia envolvida na questão da dificuldade de aprendizagem.

Dessa maneira, a dificuldade escolar será vista e estudada a partir de uma outra ótica, não apenas como uma questão cognitiva, ou como responsabilidade da escola ou do aluno, mas também como um possível sintoma de uma situação complicada que a criança pode estar vivendo.

METODOLOGIA

O primeiro passo é o acolhimento da demanda dos educadores (professores, pedagogas ou coordenadoras) e dos estudantes.

Normalmente os educadores encaminham aqueles que apresentam maior dificuldade escolar, os estudantes tidos como “hiperativos”, “inquietos”, “bagunceiros”, contudo, em alguns casos, a demanda parte do próprio aluno que em virtude de alguma angústia não consegue acompanhar bem o processo de aprendizagem escolar.

Após esta fase, os estudantes de psicologia realizam entrevistas com os alunos e com os pais destes; a escola em parceria com o projeto auxilia também neste contato com os pais. As crianças com dificuldades são, então, encaminhadas para a psicoterapia. Estas têm participado e se responsabilizado pelo seu trabalho terapêutico. Este processo é acompanhado por grupos de estudo e por supervisões semanais. Também acontecem reuniões mensais, entre os supervisores e alunos a fim de se discutir os temas e questões gerais, sejam institucionais, ou mesmo uma dificuldade individual. Isso para que os alunos tenham uma base suficiente para atender e escutar as demandas dos estudantes e da escola.

O público alvo do projeto, portanto, são os alunos de 1ª a 8ª Séries da Escola Joaquim Áureo Monjardim. É um serviço aberto a todos, contudo, o atendimento é realizado respeitando a uma prioridade de espera, urgência, compatibilidade de horário e da disponibilidade de extensionistas.

A FAMÍLIA, A ESCOLA E A LÓGICA DO FRACASSO ESCOLAR

O modelo de família e a forma de lidar com a construção do sujeito e sua subjetividade vêm sendo modificados ao longo dos anos. Até o século XVII, a família não existia como um sentimento ou valor, era mais uma realidade moral e social, e a partir desse momento, muitas transformações ocorreram. Segundo Áries,

É entre os moralistas e educadores do século XVII que vemos formar-se esse outro sentimento da infância [...] que inspirou toda a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia como no povo. O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral. (ARIÈS, 1981, p.162).

Mesmo já existindo esta diferenciação entre criança e adulto desde o século XIII, o século XVII se torna um marco decisivo, pois é neste momento que a criança se torna o centro de composições (na pintura, na iconografia), aparecendo nas pinturas agora sozinhas, e até mesmo nuas.

No final do século XVIII, a família se fecha, se individualiza, e assume uma função moral. Além disso, surge também uma identidade, os membros da família se unem pelo sentimento, costume e o gênero de vida (ARIÈS, 1981). É também no final deste século que aparece a ação da medicina doméstica, conferindo à mulher um novo poder. As funções maternas ganham maior importância, e diminuem as influências externas na criação dos filhos, assim, a mãe transforma-se numa educadora (DONZELOT, 1986). Nesse momento, a medicina aparece não como uma forma preventiva. A esse respeito Ariès diz que “Tratava-se dos doentes com dedicação [...] um corpo mal enrijecido inclinava à moleza, à preguiça, à concupiscência, a todos os vícios” (ARIÈS, 1981, p.164).

Nas famílias burguesas, os médicos alertam a respeito da educação “errônea” ao deixar os filhos no internato, ou sujeitá-los a programas excessivos, e no final do século 19 se inicia uma educação mista, familiar e escolar (DONZELOT, 1986). Este autor relata ainda que nas famílias pobres ocorreu o inverso, muitas crianças foram abandonadas em hospícios para menores. Deste modo, eram submetidas, basicamente, a muitas horas de trabalho e a poucas horas de uma instrução muito precária. Não era interessante que se “aprendesse a pensar”, pois isso poderia fazer com que os indivíduos questionassem a ordem vigente. Era apenas importante que “aprendessem a trabalhar” para que a produção industrial aumentasse.

A escola aparece neste contexto como uma solução possível, prudente, barata e preventiva, contra as resistências individuais e coletivas para com as novas condições de vida e de trabalho. (ARIÈS, 1981).

Nos séculos XVIII e XIX a escolaridade aumentou sua duração, junto com as exigências disciplinares rigorosas. Nesse período, a educação também se torna possível às mulheres. Surge, contudo, um ensino duplo, que faz distinção de acordo com a condição social: de um lado escolas para os burgueses e de outro, escolas para o povo. (ARIÈS, 1981). O acesso ao saber se torna exclusividade da escola e só é considerado legítimo se obtido nesta instituição.

Atualmente, através da ética do consumo, que difunde na cultura a promessa de que tudo é permitido, o estudo passa a ser guiado pelo imperativo capitalista, estudando-se para garantir a entrada numa universidade, um futuro melhor (COHEN, 2006), deixando a educação de se constituir como um princípio em que o homem transmitia socialmente sua singularidade, estando então, relacionada à transmissão dos valores de uma sociedade. Cohen (2006), afirma ainda que:

Para o sujeito da modernidade, a conduta moral é uma forma específica de sujeição [...] Não só suas ações serão sempre julgadas, como também outras manifestações da moralidade que obedecem a determinados parâmetros fazem com que ele se constitua a partir da relação consigo mesmo, tomando-se como objeto a conhecer e utilizando práticas que modifiquem seu modo de ser.

Existe, então, neste sujeito da modernidade, uma preocupação com a conduta moral, cuja transgressão implicará em castigo, as ações

morais muitas vezes serão julgadas, e a escola em alguns momentos, irá facilitar e moldar esse sujeito. Assim, não é possível se pensar em escola e educação desvinculadas da sociedade e da política, já que os governos atuais exercem uma política dita democrática em que a força de mercado globalizado rege a vida das pessoas, implicando também, na educação. Chomsky apud Cohen (2006) diz que “Hoje, [...] o saber se vincula diretamente à busca de lucro e os atuais governos, ditos democráticos, exercem uma proteção da propriedade privada em que a força de mercado, globalizada, rege a vida dos cidadãos”.

Com o capitalismo, a infância passou a se situar numa nova posição social, a criança passa a ser coadjuvante dos pais, já que pelo trabalho escolar elas se preparam para assumir seu futuro lugar de trabalhador e cidadão (COHEN, 2006). Além disso, é possível notar fortemente a presença de uma política segregacionista e reducionista nas instituições de ensino, um exemplo é o convite que a escola faz ao aluno que não passa de ano de se retirar da escola, favorecida pela convivência dos pais. Tais políticas passam a ser justificadas até mesmo cientificamente, por meio de explicações que se esgotam no plano das diferenças individuais de capacidade (PATTO, 1997).

Muitas vezes, as práticas e os processos escolares que dificultam a aprendizagem não são levados em consideração, tendendo a produzir nos alunos atitudes e comportamentos que os rotulam como “indisciplinados”, “bagunceiros”, “burros”, “hiperativos”, “agressivos”, e/ou “com alguma deficiência mental”. Estas atitudes têm sido colocadas como legitimidade. Classificam-

se as crianças para fins de inclusão ou exclusão na escola, no entanto, tal fato, acaba por tomar verdadeiro o que seria útil e prático para a própria escola. Afinal, é mais fácil achar um culpado, e que este culpado seja sempre o outro. Nem mesmo a psicologia escapa deste cientificismo “coisificador” do sujeito e do conhecimento, já que com seus testes e laudos, muitas vezes, apenas reduzem o sujeito, criando estigmas e excluindo (PATTO, 1997).

Contudo, o fracasso escolar nem sempre é um sintoma. Ele pode decorrer, apenas, do encontro do aluno com diferentes encarnações dos ideais educativos na cultura, se expressando então, por meio de mecanismos inibitórios. Às vezes, nem mesmo seja necessário um tratamento psicanalítico, e sim um trabalho transferencial entre professor e aluno, uma vez que [...] as tensões originas nas articulações entre o impossível e o necessário da educação, podem, por intermédio da inibição de funções cognitivas, traduzirem-se em fracasso escolar. Por outro lado, não se pode descartar que o fracasso escolar pode ser abordado enquanto sintoma. Isso porque,

“[...]a aprendizagem é a possibilidade de a criança tomar o que está no campo do Outro. Para que isso ocorra, todavia, é necessário um encontro, uma contingência que possibilite a transmissão de algo. Desse encontro contingente o fracasso escolar pode se produzir como sintoma e deixar sua marca na cultura .

Neste sentido, o papel do psicanalista dentro da escola será um importante contribuição ao processo de aprendizagem.

DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO À ANGÚSTIA NA ESCOLA

De acordo com Lacan (1969), na evolução das sociedades, a família conjugal que é sustentada e mantida, valoriza uma transmissão – da ordem de uma “constituição subjetiva”, que implica que o desejo não seja anônimo. Sauret (1998) acrescenta ainda que “não há necessidade de família para se fazer filhos, mas para se fazer sujeitos, sim. Então essa transmissão implica a relação com um desejo que não seja anônimo. Assim, a inscrição do sujeito no simbólico lhe pré-existe, uma vez que é a partir de um investimento fálico, da alteridade na criança, que a incidência da ordem do significante é traçada. Então,

[...] esse objeto criança não pode prescindir da animação da estrutura operada pelo agente de seus cuidados. Esse Outro primordial, a mãe, atribui ao infans um lugar e uma significação, que não pode senão alienar-se na condição de objeto de um outro, funcionando dessa posição. Como objeto, o infans é alguma coisa para alguém e está submetido a isso.

Contudo, essa relação entre a mãe e a criança é atravessada pela função paterna, que incide sobre o desejo materno que irá determinar a condição de possibilidade do sujeito se constituir. Miller (1997) lembra que “A função feliz da paternidade é [...] realizar uma mediação entre as exigências abstratas da ordem, o desejo anônimo do discurso universal, de um lado, e o que decorre, para a criança, do particular do desejo da mãe”. Então, o sujeito irá se estruturar a partir de um saber suposto ao pai, substituindo a operação anterior de alienação ao Outro primordial (Vocaro, 2005). Dessa maneira.

A metáfora infantil, como se pode chamá-la, pode inscrever-se como a conseqüência da metáfora paterna. E vê-se bem o quanto ela ameaça, primeiro, fazer sumir do mapa o desejo do falo do lado da mulher e, segundo, fixar o sujeito a uma identificação fálica, a ponto de fazer do desejo de ser o falo a fórmula constante do desejo neurótico.

Assim, numa relação dual com a mãe, ao mesmo tempo em que a criança a recebe como imediatamente acessível, preenchendo a mãe, ela também a divide. E conseqüências clínicas irão aparecer de acordo como tal processo se efetua. O sintoma surge então, na criança, a partir da relação dual desta com a mãe ou ainda a partir do par familiar (pai/mãe).

E é neste sentido que Lacan (1969), dirá que “o sintoma da criança é capaz de responder pelo que há de sintomático na estrutura familiar”.

O sintoma da criança, portanto, aparece como uma resposta à verdade do casal. Mesmo assim, a criança se torna responsável por ele, uma vez que os sintomas a constituem como sujeito de sua própria palavra. Neste contexto, a escola surge como uma segunda chance para a criança. É na escola (principalmente nas escolas como a creche e a pré-escola), que a criança – com dificuldade no seu processo de desenvolvimento – tem a possibilidade de encontrar um ambiente mais saudável e mais acolhedor, menos submetido às questões de existência de seus familiares e resolver junto com os professores e seus amigos as grandes questões de sua inserção no mundo humano. Sobre a importância da escola no desenvolvimento da criança, Borges (2005) acrescenta que é justamente neste espaço de convivência “onde são postas à prova às

identificações, a metáfora paterna, a relação com o sexo, tudo que constitui a subjetividade". O sintoma, portanto, poderá se manifestar também no processo de aprendizagem e em dificuldades na escola, mostrando assim, um possível caminho encontrado pelo jovem para solucionar a sua questão.

Isso porque,

[...] o sintoma é uma linguagem que nos cabe decifrar. O indivíduo propõe a sua questão por intermédio de seus pais, para eles ou contra eles. O apelo à opinião surge aí quase sem o conhecimento dele. A angústia é o seu motor, o sintoma aparece como uma solução.

Nesse momento em que o jovem está em sofrimento, uma nova clínica pode surgir, onde um adulto recebe o sofrimento e a palavra da criança e do adolescente, através da escuta ou mesmo através da "imposição" de limites e normas eficazes, flexíveis e necessárias para acalmá-los, o que permite substituir ações destruidoras e indiscriminadas por um lugar possível de se colocar na sociedade. Deste modo, utilizar-se da teoria psicanalítica na psicologia escolar é ir além do descolamento da psicometria das recomendações, de um processo de orientação, que ultrapassa laudos cheios de psicodiagnósticos e resultados. (SANTOS, 2001), isto porque a psicanálise permite um respeito à palavra do sujeito, à sua singularidade e à verdade do seu discurso, conforme nos apresenta Bautheney (2001).

Pode-se concluir que as dificuldades apresentadas pelos alunos vão além das questões escolares, portanto a tentativa de garantir a escuta dessas crianças é também a de lhes garantir um lugar

de voz e uma nova postura escolar, familiar e social. Assim, o projeto "A Clínica na Escola" visa um atendimento psicoterapêutico desses alunos com dificuldade escolar (inicialmente), a fim de se criar um lugar de escuta destes, o que pode possibilitar uma "contenção" da angústia e, com isso, os conflitos, as dificuldades familiares e escolares tendem também a diminuir, o que facilita a participação da criança e adolescente na escola e contribui para modificar a postura e o comportamento destes diante da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicanálise pensa a criança como um ser ativo, que desde cedo faz escolhas de gozo que irão orientar sua existência, e ainda, com necessidades e demandas específicas para este período (BORGES, 2005). Na época em que a criança vai para a creche, ela está traçando os alicerces fundamentais de sua estruturação como sujeito humano. Neste período ela aprende a se locomover, a falar, a organizar suas expressões e desejos e fundamentalmente a resolver questões próprias, estruturantes sobre sua origem, que inclui a própria noção de eu e também questões sobre sua identidade de gênero. Sobre a importância da escola neste período, Borges (2005) acrescenta que depois da família, ela (a escola) é o primeiro campo de socialização da criança, porque "[...]instituiu-se automaticamente como parceiro, parceiro-sintoma, [...], porque ensinar a leitura, a escrita, o cálculo, a instrução, enfim, equivale a se ensinar a cifrar o gozo, ou seja, a fazê-lo entrar no intercâmbio simbólico. O psicanalista aparece, então, numa tentativa de abrandar a dimensão sintomática deste sujeito, uma vez que é através da escuta que a família e a criança poderão dizer sobre o que acontece.

Segundo Prates (2005), a quem escuta, cabe suportar e sustentar este lugar com os recursos disponíveis na sua formação profissional, e na Instituição onde ele está trabalhando, na maior e melhor parte das vezes, na escola.

Desta forma, a análise com estas crianças apresenta a possibilidade de ir além do sintoma que a mortifica, "operação que implica passar do 'dito' ao desvelamento do dizer do sujeito que subjaz ao sintoma", o que torna possível ao sujeito, uma mudança de posição subjetiva diante do discurso familiar, e uma mudança de postura e comportamento.

Durante a realização do projeto percebeu-se que através de interação com a equipe é possível também, uma escuta melhor dos alunos por parte dos professores e orientadores, o que favorece todo o processo de aprendizagem, e os relatos do trabalho que já vem sendo desenvolvido apontam para uma melhora do quadro clínico e pedagógico da maioria das crianças atendidas, além de um maior engajamento por parte dos professores e pedagogos envolvidos.

Espera-se, assim, que esta participação continue aumentando, e também, que a angústia dos alunos bem como aquela que permeia o ambiente escolar possa estar sempre diminuindo.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. LTC Editora, Rio de Janeiro, 1981
 BAUTHENEY, Kátia Cristina Silva Forli. Clínica psicopedagógica ou psicologização do cotidiano escolar? : Delimitando dois campos distintos. In: COLÓQUIO DO LEPSI IP/FE-USP, 3., 2001, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000003200100030028&lng=en&nrm=abnt> Acesso em: 17 maio 2007

BORGES, Sônia. A escola como parceiro-sintoma. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/1315/1358>> Acesso em: 26 março 2008

COHEN, Ruth Helena Pinto. A lógica do fracasso escolar: psicanálise & educação. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

DONZELOT, Jacques. A polícia das Famílias. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1986

LACAN, Jacques. Duas notas sobre a criança. 1969

MANNONI, M. A primeira entrevista em psicanálise. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

MILLER, Jacques – Alain. A criança entre a mulher e a mãe. Opção Lacaniana, São Paulo, 1997.

PATTO, Maria Helena Souza. Para uma Crítica da Razão Psicométrica. Psicol. USP, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 Out 2007.

SANTOS, Leandro Alves Rodrigues dos. Psicologia escolar e psicanálise: saberes antagônicos ou intersecção ainda pouco explorada? .In: COLÓQUIO DO LEPSI IP/FE-USP, 3., 2001, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032001000300035&lng=en&nrm=abnt> Acesso em: 17 maio 2007

SAURET, Marie-Jean. O infantil & a estrutura. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 1998.

VOCARO, Ângela. Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social. Rio de Janeiro: Companhia do Freud, 1999.